

## **As contribuições da Teoria da Reprodução Social ao debate marxista da educação**

Kênia Miranda<sup>1</sup>

Este artigo aborda algumas contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) ao debate marxista da Educação. A TRS é uma teoria recente no campo do feminismo marxista, diferente do debate sobre a educação marxista, já consolidado.

A unidade contraditória entre produção capitalista e a reprodução social traz questões fundamentais, mas ainda pouco enfrentadas, à compreensão da (con)formação da classe trabalhadora, das condições materiais da feminização do trabalho docente e educativo, das disputas de projetos formativos e das lutas por direitos sociais de nossos dias, sobre as quais pretendemos tratar.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social, Educação marxista, Feminismo marxista

### **The Contributions of Social Reproduction Theory to the Marxist Debate on Education**

This article addresses some contributions of Social Reproduction Theory (SRT) to the Marxist debate on education. SRT is a recent theory in the field of Marxist feminism, distinct from the already established debate on Marxist education. The contradictory unity between capitalist production and social reproduction raises fundamental, yet still insufficiently addressed, issues concerning the (con)formation of the working class, the material conditions of the feminization of teaching and educational labor, disputes over educational projects, and the struggles for social rights in our times, which we intend to discuss.

**Keywords:** Social Reproduction Theory; Marxist Education; Marxist Feminism.

---

<sup>1</sup> \* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e do PPGSSDR-UFF.

## Educação, classes sociais e luta de classes

Aníbal Ponce, na clássica obra *Educação e Luta de Classes*, afirma que o fenômeno educativo nas sociedades sem classes existia como responsabilidade do coletivo, em uma experiência essencialmente prática de vivência no grupo.

O ideal pedagógico de socializar a criança aos interesses e necessidades da comunidade respondeu ao modelo de uma sociedade sem classes, cujos

finis da educação derivam da estrutura homogênea do ambiente social, identificam-se com os interesses comuns do grupo, e se realizam igualitariamente em todos os seus membros, de modo espontâneo e integral: *espontâneo* na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculcá-los, *integral* no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na referida comunidade era possível receber e explorar (PONCE,1996, p. 21. Grifos no original.)

É com a mudança na forma de produção e de apropriação do seu resultado que a educação passa a ser compreendida como propriedade privada de uma determinada classe social, aquela que controla os meios de produção material, começa também a exercer o controle sobre os meios de produção espiritual. Para o autor:

Este conceito de educação, como uma função espontânea da sociedade, mediante a qual as novas gerações se assemelham às mais velhas, era adequado para a comunidade primitiva, mas deixou de sê-lo à medida que esta foi lentamente se transformando numa sociedade dividida em classes. (PONCE,1996, p. 22)

A necessidade de ampliação da educação surge com o capitalismo, mas como produto desta, é atravessada pela existência da propriedade privada dos meios de produção, e daquilo que pode *vir a ser* meio de produção.

A separação da sociedade em classes atacou, assim, o caráter ontológico da educação e produziu a necessidade de uma educação correspondente à nova divisão social do trabalho: “certos conhecimentos passaram a ser requeridos para o desempenho de determinadas funções, conhecimentos esses que os seus detentores começaram a apreciar como fonte de domínio” (Idem, p.26).

A educação parcelar para a classe operária emergente colaborava para a adaptação ao novo modelo produtivo. A escola, instituição que por excelência tem a função social de transmitir o conhecimento produzido pela humanidade às novas gerações, consolidou uma estrutura dual com organizações diferentes para as diferentes classes sociais.

Na perspectiva de Mario Alighiero Manacorda (1989)<sup>2</sup>, a dualidade atravessa os séculos, desde as sociedades antigas até as formações sociais capitalistas contemporâneas. No Brasil, muitas análises sobre a história da educação buscaram identificar o processo de construção do sistema educacional considerando a relação entre o processo de desenvolvimento econômico, em especial a industrialização, e a expansão da educação, ou seja, a relação entre trabalho e educação.

A partir da noção da dualidade estrutural da educação autores como Otaíza Romanelli (1989), Acácia Kuenzer (1997), Lucília Machado (1989), Luís Antônio Cunha (2000), José Rodrigues (1998a) e Dermeval Saviani (1996; 2007), a evolução do sistema educação brasileiro foi marcado por um caráter dual, cuja escolaridade apontava caminhos paralelos para as classes fundamentais, cabendo à classe dominante a formação em nível superior e à classe trabalhadora o ensino profissionalizante.

Temos assim, que a ideia de uma dualidade de sistemas, está presente na análise sobre a educação no Brasil, até mesmo antes do período de industrialização. A relação da educação e da escola com a produção material da vida tem sido campo vasto de investigação e crítica da área de Trabalho e Educação e da educação marxista.

Um trabalho incontornável para o debate da relação da educação com a produção capitalista é “A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista”, de Gaudêncio Frigotto. Ao analisar a Teoria do Capital Humano, FRIGOTTO (1989) vai realçar o caráter mediador da escola com a produção material da sociedade, demonstrando que a educação formal não está situada no mesmo campo dela, tampouco é autônoma em relação a tais determinações. Por não ser da mesma natureza que a produção, a prática educativa:

relaciona-se com essa não de forma imediata e direta, mas de forma mediata. Sendo essas relações sociais relações de classe e, como tais, expressam interesses antagônicos, essa mediação é contraditória. (FRIGOTTO, 1989, p. 223)

---

<sup>2</sup> MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. Campinas: Cortez/Autores Associados, 1989.

A escola não é, portanto, mera ferramenta de reprodução do capital, “é uma prática contraditória que engendra interesses antagônicos” (Idem, p. 214). Mesmo que para o capital ela tenha traços extremamente funcionais de proporcionar “um saber geral que se articula ao saber específico e prático que se desenvolve no interior do processo produtivo, e mediante a dotação de traços ideológicos, necessários ao capital, para a grande massa de trabalhadores que constituem o corpo coletivo de trabalho” (idem, ibidem), dada a configuração da luta de classes apresenta maior ou menor funcionalidade ao capital e à sua expressão essencial, a de (com) formar trabalhadores.

De um lado, com o avanço das forças produtivas, a demanda de maior nível de instrução aos trabalhadores impõe-se. A negação da educação à classe trabalhadora teria como resultado o rebaixamento da sua capacidade produtiva, portanto da exploração.

A solução há muito buscada pelos capitalistas, desde a fundação do Liberalismo tem sido a tentativa de conceder uma educação parcelada, fragmentada, ou nas palavras Adam Smith (1996), "em doses homeopáticas". Por outro lado, as lutas pela educação tensionam e ampliam os limites postos pelo processo de escolarização.

Temos, dessa forma, um movimento conflituoso, em torno de qual educação, de que maneira e a quem fornecê-la em determinado período. Historicamente, as classes dirigentes tem buscado uma solução de equilíbrio entre a distribuição de uma quantidade de conhecimento necessária à produção e à acumulação e o atendimento - necessariamente parcial – de políticas sociais.

O resultado desse movimento, nas sociedades contemporâneas, trouxe à educação um caráter marcadamente classista - e, nesse sentido, conflituoso - que, organizado a partir da expectativa sobre o papel a ser desempenhado por cada classe social na divisão social do trabalho, estabeleceu diferentes formas de acesso e permanência na escola, em seus diversos níveis e modalidades.

A crítica marxista da educação tem centrado a análise no papel interessado que o capital destina à educação para a produção capitalista, na sua transformação em mercadoria- educação, nas condições de trabalhadores da educação e na disseminação da ideologia burguesa meritocrática e excludente via contrarreformas curriculares, em especial que disputam a educação profissional<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> José rodrigues, kenia e Arlene, kenia pátria educadora, Marlon, acácia kenzer, Lúcia Neves, frigotto

Parece-nos respondida a pergunta de Marx, ao realizar a crítica ao Programa de Gotha, em 1875: Crê-se que na sociedade atual (e apenas ela está em questão aqui) a educação possa ser *igual* para todas as classes?"

Se a relação da educação com a produção material, a reprodução do capital e a exploração do trabalho são objetos constantes da crítica marxista da educação, o lugar da reprodução social da força de trabalho e das opressões sobre a classe trabalhadora, ou seja as relações sociais capitalistas generificadas, racializadas e de exploração precisam comparecer mais à análise, não como elementos complementares do objeto analisado, mas como elementos constitutivos da totalidade social.

A Teoria da reprodução social tem sido as lentes que podem ampliar o alcance da investigação, através do materialismo histórico, da relação orgânica e contraditória entre a produção material da vida e a própria produção da vida. Se sobre o marxismo economicista recai a crítica de uma posição que hierarquiza as relações de exploração como mais relevantes e explicativas do conjunto da vida social do que as determinações de outras ordens da totalidade social, nos parece que mesmo as análises marxistas da educação e das lutas da classe trabalhadora podem incorrer neste erro.

Para as autoras de “Feminismo para os 99%: um manifesto”: “uma vez que compreendemos a centralidade da reprodução social na sociedade capitalista, não podemos mais encarar de modo habitual a classe” (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 54). A classe trabalhadora não é uma abstração, desencarnada de características biológicas e sociais e não pode ser considerada exclusivamente como aquela que comparece ao mercado de trabalho formal- e até mesmo informal-, remunerado, em espaços geográficos indistintos.

Contrariamente ao entendimento tradicional, o que produz a classe na sociedade capitalista não são apenas as relações que diretamente exploram a “mão de obra”, mas também as relações que a geram e a repõem. Tampouco a classe trabalhadora global é composta exclusivamente de pessoas que trabalham por salários nas fábricas e nas minas. Igualmente fundamentais são aquelas que trabalham no campo e nas residências particulares; em escritórios, hotéis e restaurantes; em hospitais, creches e escolas; no setor público e na sociedade civil; o precariado, as pessoas desempregadas e aquelas que não recebem remuneração em troca de seu trabalho. Longe de estar restrita a homens brancos heterossexuais, em cuja imagem ainda é muito frequentemente fantasiada, a maior parte da classe trabalhadora global é constituída de imigrantes, pessoas racializadas,

---

mulheres – tanto cis como trans – e pessoas com diferentes capacidades, cujas necessidades e os desejos são renegados ou deturpados pelo capitalismo. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 54-55).

Se através da crítica marxista compreendemos que a educação ajuda a garantir a esse trabalhador – na sua diversidade e heterogeneidade- conhecimentos aptos ao mercado capitalista, no seu padrão produtivo contemporâneo, o mirante da TRS pode fazer avançar, com radicalidade, na compreensão do papel da educação, como componente de massas do trabalho da reprodução social, ou seja da reprodução da Força de Trabalho, portanto de suas múltiplas e contraditórias funções na sociedade capitalista.

### **O que a TRS tem a contribuir com o debate marxista da educação?**

Afirmamos que a Teoria da Reprodução Social é uma teoria em construção, uma proposta de explicação da unidade dialética das relações de opressão e de exploração sob o capitalismo, da produção material e da produção da vida. O que pretendemos, ainda de forma introdutória, é mapear possibilidades e retomar caminhos de temas e problemas que estamos percorrendo em nossas pesquisas sobre trabalho e educação que reposicionem as relações de opressão, exploração e expropriação.

Cabe fazer um brevíssimo parêntese. Na área de trabalho e educação o termo reprodução social é imediatamente associado, na maioria dos casos, à obra de Pierre Bordieu. Ademais, a crítica contundente de Dermeval Saviani às teorias crítico - reprodutivistas fez o campo conhecer a perspectiva – que reconhece o aspecto conservador da educação, é justo destacar-, de que a educação seria um espaço de reprodução das relações sociais capitalistas. Em *Escola e Democracia*, Saviani (2008) traça um panorama das teorias da Educação, passando em revista muitas obras, dentre elas a dos autores Pierre Bordieu e Jean-Claude Passeron: *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Saviani conclui que para os autores franceses “ a função da educação é a de reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social”. (Saviani, 2008, p.15).

Esta perspectiva de Bordieu e Passeron, do papel exclusivamente reiterador da educação como reprodutora das relações sociais capitalistas, não guarda qualquer relação convergente à dinâmica de reprodução social da classe trabalhadora, como elaborado pela TRS.

A obra *Marxismo e a Opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, de Lise Vogel, busca ao contrário de adicionar uma análise das opressões às análises marxistas e explicar as opressões por sistemas duplos ou triplos – patriacardo e capitalismo ou patriacardo, racismo e capitalismo –, pensá-las, com radicalidade, como totalidade social-complexa-contraditória-concreta, capaz de fazer avançar a própria teoria marxista sob as lentes do feminismo.

Publicado em 1983, no refluxo das lutas sociais e feministas e da teoria social crítica, a obra de Vogel insere-se no debate do feminismo socialista sobre a base sociomaterial da opressão às mulheres, identificando como problema-chave, a partir do estudo d'*O capital*<sup>4</sup>, a condição de reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho (FERGUSON, MCNALLY, p.66).

Para Vogel,

A luta de classes em torno das condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o mais-trabalho é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a existência e a renovação constantes de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo de trabalho. Na maior parte dos casos, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe, e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha, portanto, um papel fundamental nas sociedades de classe. Do ponto de vista da reprodução social, a opressão às mulheres nas sociedades de classe está enraizada na sua posição diferencial em relação aos processos de reposição geracional. (VOGEL, 2022, p.310)

Se a obra de Vogel não teve repercussão relevante na ocasião de seu lançamento, ergueu as bases para uma renovação da teoria unitária do feminismo marxista, em momento de crise geral do capitalismo, com destaque para a crise dos trabalhos de cuidados, efeito de décadas de Neoliberalismo pelo mundo, que solapou as políticas sociais, em especial as que estão na base da reprodução social da força de trabalho, sob a responsabilidade do Estado, tais como, educação, saúde, previdência social e condições de habitação. Importantes lutas sociais e antirracistas e greves feministas se espalharam pela Europa, Estados Unidos e América Latina na última década.

O *Feminismo para os 99%: um manifesto*, de Cinzia Arruza, Thithi Bhattacharya e Nancy Fraser é resultado dessa onda de lutas que coloca em questão o projeto Neoliberal e

---

<sup>4</sup> MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

conservador e as suas múltiplas crises, “sem negar sua tendência inerente a gerar colapsos periódicos no mercado, falências em cadeia e desemprego em massa, reconhecemos que o capitalismo abriga outras contradições “não econômicas” e propensões à crise. (...) em nosso *Manifesto*, a crise capitalista não é apenas econômica, mas também ecológica, política e de reprodução social” (2019, p. 102-103).

A educação está no centro da crise da reprodução social, assim como todo o coletivo social, mais ou menos invisível, que reproduz a mercadoria especial força de trabalho. Esse processo ocorre dentro e fora das unidades domésticas familiares. A Teoria da Reprodução Social quer saber: *quem produz o trabalhador?*

Bhattacharya chama a atenção para os espaços de reprodução dessa mercadoria especial capitalista, a da força de trabalho:

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade. (Tithi Bhattacharya 104 Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019)

Esse processo de reprodução social também ocorre em espaços mais amplos, como política pública social, como trabalho remunerado pelo fundo público (ou como mercadoria, na ausência do Estado),

Em outras palavras: quais processos permitem que a trabalhadora chegue às portas de seu local de trabalho todos os dias para produzir a riqueza da sociedade? Qual o papel do café da manhã em sua prontidão para o trabalho? E a relevância de uma boa noite de sono? Entramos em águas ainda mais turvas se estendermos as perguntas para incluir processos que se dão fora da casa dessa trabalhadora. A educação que recebeu na escola também não a “produz”, uma vez que a torna empregável? E o sistema de transporte público que a leva para o trabalho, ou os parques públicos e bibliotecas que oferecem lazer a fim de que ela possa se sentir revigorada

para retornar ao emprego? (Thiti remapear a classe, recentralizar as opressões)

Se a reprodução da força de trabalho é garantida, em seu maior tempo, pelo trabalho doméstico de cuidados- qual o papel da escola? Aquele que não seria possível nas unidades familiares, de caráter mais geral, da socialização seletiva dos conhecimentos, da padronização de comportamentos, via dualidade estrutural da educação.

A feminização do magistério, em especial do trabalho docente, representa a baixa remuneração desta força de trabalho, que concilia trabalho (mal) pago pelo Estado, sua maior fonte de emprego, com trabalho não pago, (tempo de planejamento, produção de materiais e estudo).

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2024, do INEP<sup>5</sup>, há 2,4 milhões de professoras/es na Educação Básica brasileira, força de trabalho majoritariamente feminina, representando 80,6%. Na educação infantil este percentual é ainda maior de mulheres, com 96,1% (97,1% na creche e 93,9% na pré-escola) de professoras.

No ensino fundamental, atuam 1.431.320 docentes, sendo diferentes a representação por sexo no 1º e no 2º segmentos (onde estão localizadas a formação por áreas específicas): nos anos iniciais, atuam 784.401 docentes, dos quais 87,2% são mulheres. Já no Ensino médio temos 56,8% de mulheres.

Historicamente, a proletarização docente<sup>6</sup> veio de mãos dadas à feminização do trabalho na educação e o marcou de forma singular. Houve um movimento ascendente de participação feminina na configuração desta força de trabalho, cuja inserção nasceu sob os signos da precarização e da emancipação.

A ideologia do sacerdócio e da vocação feminina, vinculada à capacidade biológica de gestação, associadas à educação, traduziam a perspectiva dominante de subordinação

---

<sup>5</sup> INEP, Censo Escolar da Educação Básica: Resumo técnico, 2024.

<sup>6</sup> MIRANDA (2005, 2011).

econômico-social e política da mulher a trabalhos voltados ao cuidado. A ideologia de opressão às mulheres, funcional ao capitalismo em expansão, que precisava conceder e controlar o espaço feminino, produzia a justificativa de baixa remuneração no magistério através de um conjunto de argumentos. De sorte que, para a mulher, a docência significaria uma renda complementar; haveria uma redução de carga horária se comparado à jornada fabril, possibilitando a formação cultural das novas gerações simultaneamente à presença no lar.

A alta participação das mulheres nos trabalhos de cuidados, remunerados ou não, tratada como dado estatístico de consulta, mas origem da opressão às mulheres segundo a TRS, não deve ser desconsiderada em qualquer, qualquer, análise da educação. Não podem ser notas de fim de página, precisam ocupar a centralidade dos textos.

A Teoria da Reprodução Social busca uma análise unitária entre a exploração e a opressão na sociedade capitalista e entre a produção e a reprodução social da mercadoria especial que a sustenta, a força de trabalho. A Educação, por sua vez, tem papel estratégico e tático na reprodução social da força de trabalho e, portanto, na luta de classes, por isso, é espaço de contradições e de disputas de projetos formativos.

Cabe a nós dar maior espaço às dúvidas, hipóteses e conversas sobre o mundo que se abre.

### **Referências bibliográficas:**

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é teoria da reprodução social. Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019, pp.99-113.

------. Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

CUNHA, Luis Antônio. O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo. Editora UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000.

FERGUSON, Susan; McNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero:

- Introdução de Marxismo e a opressão às mulheres na série *Historical Materialism*. In: VOGEL, Lise. Marxismo e a opressão às Mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022, pp.55-94.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. (3ª ed.). São Paulo: Cortez, 1989.
- KUENZER, Acácia. Ensino médio e profissional. São Paulo: Cortez, 1997.
- MACHADO, Lucília. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. Campinas: Cortez/ Autores Associados, 1989.
- MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- . O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013
- MIRANDA, Kênia A. A organização dos trabalhadores em educação no capitalismo neoliberal: O pensamento pedagógico do Sepe, do Sinpro e da UPPE. Niterói: UFF, 2005. (Dissertação de mestrado).
- . As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT. Niterói: UFF, 2011. (Tese de doutorado).
- . Lutas por Educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior. Niterói: EDUFF, 2017. (e-book)
- PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. (15ª ed.). São Paulo: Cortez, 1996.
- RODRIGUES, José. O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998a.
- . A educação politécnica no Brasil. Niterói: EdUFF, 1998b.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). (11ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1989.
- RUAS, Rhaysa. S. Teoria da reprodução social: apontamentos desde uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. Revista Direito E Práxis, 12(1), 2021, pp.379 – 415.
- SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: estrutura e sistema. (7ª ed.). Campinas: Autores Associados, 1996.
- . História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.
- . Escola e democracia. (ed. comemorativa). Campinas: Autores Associados, 2008.

SMITH, Adam. A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VOGEL, Lise. Marxismo e a opressão às mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.